

# PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: implicações sobre o avanço tecnológico no Brasil

*Rosana Soares Néspoli*

Mestre em Tecnologias da Informação e da Comunicação – UNED;  
Licenciatura Plena em Pedagogia – FFCL Nove de Julho;  
Docente no Curso de Pedagogia e Supervisora Pedagógica nos Cursos de Educação a Distância – UNINOVE.

## **Resumo**

Este artigo apresenta uma crítica ao cenário mundial globalizado, especificamente sobre os efeitos causados no modo de vida da sociedade, conjugando aspectos diversos em torno de política, economia e, principalmente, na configuração das novas relações sociais, hoje articuladas pelas redes de informação e comunicação. Reflete sobre a inovação tecnológica no Brasil, no que se refere à formação de pessoas para lidar com as demandas de um mundo globalizado, sobretudo as implicações em torno das desigualdades sociais.

## **Palavras-chave**

*Conhecimento. Globalização. Meios de Comunicação. Política Educacional. Tecnologia.*

## **KNOWLEDGE PRODUCTION: implications about technological advance in Brazil**

## **Abstract**

This article presents a criticism concerning the global world scene, specifically about effects caused in the society's way of life, conjugating diverse aspects around politics, economy and, mainly, in the shape of new social relations, currently articulated by the communication and information nets. It reflects about technological innovation in Brazil, and how people deal with the demands of a globalized world, mostly the implications around social inequalities.

## **Key words**

*Educational politics. Globalization. Knowledge. Medias. Technology.*

## Introdução

O sistema social mundial dinamiza-se e com ele se configura uma característica modernizante marcada pelas tecnologias eletrônicas e informáticas. Os meios de comunicação especializam-se na formação da chamada cultura de massa<sup>1</sup> mundial, difundindo música, cinema, literatura e outras produções incutidas no imaginário das pessoas, e se fortalecem ao adquirirem mais recursos para a construção de novas representações simbólicas.

Em uma das abordagens sobre esse processo de difusão, Barbero (2003) faz uma analogia com o empilhamento da memória, típico das tradições narrativas oriental e ocidental, que tenta fortalecer a representação das novas tecnologias. Os filmes de ficção científica, por exemplo, especialmente aqueles veiculados na televisão, convertem as novas tecnologias em *pop stars*, lançando uma perspectiva de futuro que, em sua opinião, reduz e camufla o presente. Essa difusão é desterritorializada, isto é, independe de nacionalidade, religião, peculiaridades culturais, língua etc., avança e institui ideologias e novos sentidos. A desterritorialização abriga um novo modo de vida, na verdade, um modo peculiar de relacionar-se com o mundo. Teria esse ‘mundo sem fronteiras’ uma característica que o definisse de modo prático?

Na visão de Ianni (1999), o mundo se torna grande e pequeno, homogêneo e plural e, devido à globalização, os pontos de referência se dispersam, dando a impressão de que se deslocam e se perdem. Mesmo os centros decisórios mundiais mais fortes nem sempre se afirmam absolutos, inquestionáveis, omitem-se e declinam em razão do jogo de forças que operam em escala mundial. Assim, as estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo frequentemente dissolvem fronteiras e espalham os centros decisórios por diferentes lugares, fazendo com que se tornem globalizadas as perspectivas, os dilemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Trata-se de um fenômeno histórico de grandes proporções que intensifica a subordinação dos países, especialmente os pobres ou ‘em desenvolvimento’, às articulações do capital.

1 O termo ‘indústria cultural’ foi empregado por Horkheimer e Adorno (Cf. HOHLFELDT, 2001, p. 131-145), em substituição ao termo ‘cultura de massa’ que permitia a seguinte interpretação: a cultura entendida como manifestação espontânea das massas, livre das relações de poder que dominam a sociedade.

Essa realidade se consolida na medida em que o mundo ‘encolhe’, favorecido pela eficácia das telecomunicações e transportes e por todos os fios da teia global conectados aos computadores, fax, satélites, monitorados por planejadores e negociadores de todo o mundo (IANNI, op. cit.). A globalização, que provoca um processo de desterritorialização, descaracteriza produtos, pessoas e idéias, atingindo o que até então era particular, tradição, nacional. As línguas passam a ser selecionadas quase como uma ferramenta padrão de comunicação e, nesse universo de novos conceitos manifestados na esfera econômica, política e social, mistura-se em todos eles o elemento ideológico que impulsiona as ações de diferentes grupos e segmentos.

Entender a globalização como um processo ideológico é perceber que o movimento da estrutura global está profundamente calcado na propaganda, nas mensagens subliminares, sobretudo na visual. No dizer de Santos (apud SEABRA, 2000, p. 9),

a globalização conseguiu materializar a metafísica, mediante o papel desempenhado pela ciência e pela técnica na produção das coisas. Há uma materialização física e uma realização primitiva, embora sofisticada da ideologia. Tudo é ideológico. Estamos dentro de um mar de ideologias. Tudo é produzido a partir de uma ideologia, mas as coisas não aparecem como tal. Somos cercados por coisas que são ideologia, mas que nos dizem ser a realidade. Isso nos constrange, porque forma um sistema muito forte; e qualquer discussão que indique ser aquilo ideológico é desqualificada. [...] esse é o drama da globalização. É preciso desmontar essa ideologia. Primeiro, desfazê-la na idéia, por meio da análise. Porque a análise é o processo de inverter, de colocar tudo ao contrário. E, depois, desfazê-la politicamente.

Abrir discussões, desfazer idéias, construir análises requer um esforço de compreensão que torna possível às pessoas identificar contextos mais claramente, assim como alternativas para refletir o mundo de hoje. Ampliar a visão de mundo é analisar criticamente os vários aspectos que decorrem desse movimento globalizante e autori-

tário. Em termos econômicos, a diferença torna-se ainda maior, isto é, países ricos cada vez mais ricos e a maior parte da população do planeta cada vez mais pobre.

### **Inovação tecnológica e desenvolvimento humano**

Para Ianni (1999), indivíduos, famílias, grupos, classes e outros segmentos sociais estão desorientados no desarranjo do mundo, isso porque têm escasso acesso às informações, aos fatos em suas diversas articulações, ao mesmo tempo que são continuamente bombardeados por mensagens facetadas e estranhas. Isso significa que os sistemas mundiais, ativos e poderosos, articulam seus interesses e significados, voltando-os à apropriação econômica e à dominação política, que determinam os modos de produção e cultura, resultando em contextos de alienação e solidão. A globalização não é democrática, é excludente, totalizante, como já afirmava Milton Santos ao se referir ao pensamento único, denominado 'globalitarismo', em face da eliminação do debate na política mundial.

Essa é a feição que toma o globo, e a reboque o Brasil, que cede à mentalidade planetária dominadora, deixando de exigir da sociedade vigilância crítica e análise permanente que neutralizem esse deslumbramento alienante dos discursos prolixos, demagógicos, de efeito impactante. Essa exigência assim expressa, diante de um mundo fragmentado pelas diferenças e desigualdades e sob os efeitos da massificação cultural, defronta-se com entraves complexos que requerem esforços para a leitura crítica da realidade.

Levando em consideração essas referências, é relevante citar a afirmação de Rios (2001) de que o progresso tecnológico existe, paradoxalmente, ao lado do crescimento da pobreza em todas as regiões do mundo, ou seja, mesmo que se aperfeiçoem técnicas de comunicação ou se façam circular objetos e idéias culturais, ainda assim se conviverá com a exclusão social, o que denota o desprezo de alguns valores fundamentais à construção do mundo e do humano. A teia global, como dito no início deste artigo, é favorecida pelas possibilidades cada vez maiores encontradas nos meios de comunicação e informação, apoiados pelo avanço tecnológico que concebe mudanças na vida social em um sentido amplo.

Por outro lado, existe um alto preço a pagar pela mudança. Segundo Ianni (1999), a sociedade global comercializa informações, idéias e entretenimento que são fabricados como mercadorias e consumidos em escala mundial. Assim, tratar o avanço tecnológico sem discutir suas implicações nos espaços sociais – famílias, empresas, instituições educacionais – pode ser um gesto de negligência, principalmente se tais implicações resultam na ampliação da exclusão e reprodução social. A idéia não é dar um tom tecnofóbico<sup>2</sup> a esse avanço e ao alastramento do mundo eletrônico, telemático, informático ou cibernético, mas trazer argumentos para balizar algumas das abordagens que seguem. É preciso evidenciar vínculos e efeitos da globalização na condição de produtora de uma desterritorialização desencadeada por fatores políticos e ideológicos, os quais marcam os acontecimentos globais, reproduzindo uma realidade desigual que alimenta a exclusão social em todo o mundo.

2 Segundo Marí Saez (1999, p. 24) os tecnofóbicos resistem frontalmente ao desenvolvimento tecnológico, porque entendem que a inovação compromete as relações sociais e desvirtua culturas.

Com efeito, a articulação das mídias de massa (LÉVY, 1999, p. 116) parece atuar segundo uma pseudo-realidade que faz parecer oficial tudo o que se ouve, se vê ou se lê. O mundo avança com suas facilidades, especialmente em relação à comunicação composta de redes, fax e *modem*. Trata-se de um momento da história em que ciência e tecnologia fazem parte do cotidiano das pessoas. Nunca se falou tanto em transgênicos, clonagem, DNA, genoma, telefone celular e internet, de modo que expressões como essas se tornassem parte do repertório da população. Há, de fato, uma compreensão de toda a humanidade em torno dessa situação de interdependência? O planeta realmente participa do triunfo da comunicação?

Talvez a pergunta apropriada seja: as pessoas compreendem o avanço tecnológico e o triunfo da comunicação? Segundo Morin (2001b), a situação é paradoxal porque existe uma interdependência mundial; no entanto, há uma incompreensão que denuncia o distanciamento das pessoas em relação a tal contexto. O autor entende o problema da compreensão como uma das finalidades da educação do futuro, pois é preciso enfrentar as incertezas, o preconceito, a intolerância, o egocentrismo, o etnocentrismo e o sociocentrismo, para que se possa caminhar rumo à humanização das relações humanas. É necessário superar a retórica do avanço tecnológico e compreender o que é a vida em um mundo planetário. É nesse

sentido que Morin (2001a) afirma existirem importantes e múltiplos progressos de compreensão no mundo, porém considera que o avanço da incompreensão é bem maior, uma vez que nenhuma técnica de comunicação, do telefone à internet, traz por si mesma a compreensão. Há mudanças qualitativas resultantes da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural, contudo é preciso considerar o aspecto humanista em todo esse desenvolvimento, isto é, as pessoas necessitam compreender essa realidade como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade.<sup>3</sup>

Para Lévy (1999), os contatos transversais entre os indivíduos proliferam de forma anárquica, caótica, caracterizada pela inundação de dados, o que provoca a guerra das imagens, das propagandas e contrapropagandas que fazem confundir os espíritos. Esses contatos, indiscutivelmente um avanço, permitem que as coisas se tornem mais rápidas e atinjam mais pessoas; organizam de outra forma essas coisas que acabam desenvolvendo novas funções, o que exige do sistema global adaptações. Os novos planos de existência (op. cit., p. 217) trazidos pela inovação técnica provocam substituições que permitem releituras e dão novos desdobramentos a processos que anteriormente tinham funções limitadas. Por outro lado, exemplifica Lévy (op. cit., p. 218), a inovação tecnológica exclui, gera perdas, pois

3 Morin (2001a) fala que é preciso ensinar a compreensão sobre a situação que 'abate' a Terra. Diz que a educação tem como missão fazer compreender os encontros e as relações entre pessoas e diferentes culturas.

complexifica a estratificação dos espaços estéticos, práticos e sociais. O que não significa, contudo, que não provoque desaparecimentos. Não há mais ferreiro em cada cidade, nem excremento de cavalo nas ruas das cidades. Alguma coisa se perdeu. Os hábitos, as habilidades, os modos de subjetivação dos grupos e das pessoas adaptadas ao mundo antigo não são mais adequados. A mudança gera, portanto, quase necessariamente um sofrimento. Enrijecer-se contra esse sofrimento, negá-lo, desconhecê-lo, observar apenas seus aspectos negativos só irão aumentar a parte inevitável da tristeza.

Para limitar o sofrimento gerado por tais perdas, será preciso empregar lucidez ao processo de transformação, engajando-se nesse movimento para que dele e nele se aprenda a aproveitar as oportunidades de crescimento e desenvolvimento humanos. Lévy entende que a inovação tecnológica da informação e da comunicação não produz a exclusão social, mas de alguma forma pode reproduzi-la. O alto custo das tecnologias, especialmente aquelas ligadas às estruturas de comunicação, além do fator humano e dos entraves de ordem político-cultural, impede propostas para uma comunicação comunitária, transversal e interativa. A infra-estrutura tecnológica, por sua vez, exige competências e habilidades decorrentes de saberes que contemplam a leitura e a escrita. Esse conjunto de requisitos é indicador de exclusão para países como o Brasil, em que se observa um significativo número de pessoas analfabetas e abaixo da linha de pobreza. Qualificar o avanço tecnológico como processo que alimenta a exclusão é afirmar que, a cada novo sistema de comunicação implantado, surge uma nova fábrica de excluídos. O autor lembra que havia iletrados antes da invenção da escrita e que a imprensa e a televisão introduziram a divisão entre aqueles que publicam ou estão na mídia e os outros. Não que esses fatos constituam argumento contra a escrita; ao contrário, devem tornar-se um estímulo para desenvolver a educação primária.

No caso do Brasil, a concentração de riqueza, a herança do imperialismo, acompanhada de políticas governamentais de pouco alcance, dificulta a materialização desse raciocínio e faz do país uma referência radical das desigualdades no desenvolvimento, bem explicitado por Sader (2000), ao afirmar que a relação da renda entre os 10% mais ricos – 16 milhões de pessoas no fim do século XX – e os 50% mais pobres – 80 milhões – passou de três para quase 5,5 vezes, o que significa que undécimo de ricos auferem renda *per capita* de 28 mil dólares, enquanto a metade mais pobre alcança 500 dólares, isto é, 56 vezes menor.

Os países desenvolvidos e os ‘emergentes’ elegem a produção de conhecimento e a inovação tecnológica<sup>4</sup> como os principais itens em suas políticas de desenvolvimento, e isso não é diferente no Brasil que os têm destacado em sua pauta. No entanto, como já dito, apresenta problemas consubstanciados e deficiências que dificultam suas respostas aos novos desafios.

<sup>4</sup> Inovação: inovação tecnológica de produto ou processo que compreende a introdução de produtos ou processos tecnologicamente novos e melhorias significativas em produtos e processos existentes. Considera-se implementada uma inovação de produto ou processo se tiver sido introduzida no mercado (inovação de produto) ou utilizada no processo de produção (inovação de processo). Essas inovações tecnológicas envolvem uma série de atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais (BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia [MCT], 2001, p. 16).

## **Concepções que influenciam a produção do conhecimento**

A política nacional na área tecnológica, implementada pelo governo brasileiro a partir da década de 90, criou programas voltados à competitividade da indústria, como o de Qualidade e Produtividade (PBQP), o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e o Programa de apoio ao Comércio Exterior (PACE). Atualmente, há um esforço do Ministério da Ciência e Tecnologia para fortalecer o setor de pesquisa e desenvolvimento; no entanto, a melhora no panorama de formação e pesquisa é ainda modesta, considerando o contingente de mais de 170 milhões de habitantes em um país de desigualdades regionais, a começar pela distribuição dos recursos.

No Brasil, as políticas que constituíram diretrizes voltadas ao funcionamento e ao currículo educacional estiveram vinculadas às conjunturas históricas, caracterizadas pelo poder de grupos hegemônicos de pensamento neoliberal e inspiradas na teoria do capital humano que articulava o sistema educativo ao produtivo (BIANCHETTI, 2001). Essa característica não mudou desde o século passado e continua pautando a agenda governamental.

Os demais países da América Latina também permanecem atrelados a essa conjuntura, uma vez que estão submetidos às recomendações de agências multilaterais financiadoras, como a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e o Banco Mundial que, apesar de recomendar em seus relatórios investimentos na área social, demonstra estar essencialmente ligado à expansão monetária dos países periféricos, não perdendo de vista o avanço do capital quando o assunto é educação. Assim, agências financiadoras acabam funcionando como interventoras e impedem que os países atendidos pensem e viabilizem suas próprias políticas, subordinando-os a uma posição de inferioridade na divisão social do trabalho, evidenciada em suas propostas para investimento em reformas. Na visão de Oliveira (2003), o Banco Mundial compreende a educação como um eixo mobilizador social, ao mesmo tempo que é um meio para que nações como o Brasil atinjam competitividade, tornando-se essencialmente técnicas as propostas de formação educacional. Nessa ótica, a educação é vista como um aprimoramento dos recursos instrucionais em detrimento da formação integral das pessoas. O Banco

Mundial elege para a América Latina prioridades voltadas à reforma educacional, entre elas a descentralização das políticas educacionais, gerando um novo mecanismo de gestão em que as comunidades assumem e promovem intervenções na escola, além da revalorização do magistério, incentivando a capacitação em serviço.

Tais prioridades merecem ser ponderadas em razão da opacidade das intenções. No caso dos novos mecanismos de gestão, é preciso estar atento aos princípios de descentralização, tendo cautela quanto à substituição de papéis que põem nas mãos da população a responsabilidade sobre o financiamento, favorecendo interesses empresariais. No que se refere à capacitação em serviço, há que se considerar que o problema educacional não decorre apenas de uma formação docente deficitária, mas de outras condições materiais objetivas, entre elas a desvalorização salarial que menciona Oliveira (op. cit.). Cabe registrar que dispositivos como ENEM e Provão são exemplos de recomendações dessas instituições internacionais, o que conota a característica intervencionista dessas agências na determinação do fazer pedagógico.

Quanto ao conhecimento universitário, tomando como reflexão a abordagem de Santos (2004b), há muitos desafios decorrentes de problemas conjunturais identificados em países periféricos, entre eles o Brasil. A universidade vem-se modificando e perdendo a sua hegemonia, dada a expansão e transnacionalização dos serviços universitários, sendo também alterada pela comercialização do conhecimento científico e por outras transformações que têm impacto nas concepções de conhecimento e sociedade. Existem fatores responsáveis pela re-caracterização da universidade no seu processo de produção de conhecimento e, segundo Santos (op. cit.), as novas tecnologias de informação e comunicação estão entre eles na medida em que trouxeram a possibilidade de acesso à informação local e global e permitiram uma nova relação de ensino e aprendizagem desenvolvida a distância. Nesse novo processo, a concepção de *campi* como território universitário é repensada, assim como o conjunto de instrumentos pedagógicos transformados em mídias digitais que articulam a presença virtual de seus alunos. Essa movimentação reorganiza o território de produção de conhecimento e ao mesmo tempo gera uma atenção especial, porque ainda se trata de uma realidade indisponível para a maioria da população brasileira.

Historicamente, a universidade determinou o ‘tom’ da pesquisa, decidindo característica das investigações, metodologias e contextos. O conhecimento produzido esteve aquém das necessidades e do atendimento aos perfis culturais construídos na sociedade ao longo dos anos. Há uma lógica nesse processo de produção que não considerou a relevância da investigação nem dotou a universidade de um papel em que o modelo de conhecimento tivesse como pressuposto as urgências sociais. No tempo presente, para contrastar esse estilo, Santos (op. cit.) elabora um modelo para a produção de conhecimento na universidade denominado pluriuniversitário, o qual compreende que essa produção deve ter impacto tanto para aqueles que a realizam quanto para os que a utilizam. Desse modo, é condição fundamental o confronto, o entendimento, a dialogia que integra diferentes conhecimentos, independentemente do status ou da hierarquia do objeto de pesquisa. Isso significa que os contextos devem deixar de pautar-se na visão mercantil e passar a nortear-se por um propósito cooperativo, solidário e crítico entre pessoas e instituições.

A proposta do modelo de conhecimento pluriuniversitário convida a universidade a substituir a abordagem unilateral que caracteriza o seu universo de investigação por uma abordagem interativa e plural, que encontra, nas tecnologias de informação e de comunicação, meios para essa consolidação. A produção de conhecimento na universidade está profundamente calcada nas relações político-ideológicas, seja na universidade pública, seja na privada, cabendo a ambas construir sua legitimidade e encontrar alternativas de atuação no contexto atual. Nesse sentido, serão necessárias alterações significativas, baseadas na mudança cultural e comportamental da comunidade científica, no compartilhamento de recursos entre diferentes instituições e na vigilância crítica e permanente diante da postura dos agentes multilaterais responsáveis pelo financiamento das reformas educacionais no país.

## Considerações finais

Numa conclusão preliminar, é possível considerar que as mudanças que envolvem interesses culturais e de lugares podem ser benéficas, desde que permitam surgir das diferenças algumas das subjetividades que façam do mundo um espaço de coexistência, de compartilhamento e conquistas coletivas.

Levando em conta as idéias aqui apresentadas, conclui-se que a inovação tecnológica terá o caráter que lhe for atribuído em dada situação concreta, oscilando ora do ponto de vista dos interesses do capital, ora do ponto de vista do interesse humano, embora se perceba que, geralmente, o segundo estará condicionado aos interesses do primeiro.

Acreditar que a inovação tecnológica recuperará o atraso de países como o Brasil, ou mesmo da América Latina, será um equívoco, na medida em que somos constitutivos de uma história complexa de dominação baseada numa racionalidade homogeneizadora. Daí o pouco impacto que surge das políticas públicas que se voltam ao desenvolvimento científico-tecnológico, meramente para atender aos novos processos de funcionamento dos mercados, impérios de ação, intensificados pelos meios de comunicação.

É inegável o peso das tecnologias da informação e da comunicação sobre os investimentos, além do tipo de conhecimento que se valoriza em escala mundial, o que atribui às atividades científicas e tecnológicas um destaque especial na economia globalizada. No entanto, é preciso lembrar que a transformação social é o caminho que retira da estagnação e do atraso países como o Brasil, que insiste em manter no currículo um quadro de desnutrição infantil e déficit de calorias básicas da grande população.

É preciso olhar com cautela a visão pragmática na produção do conhecimento, fazendo convergir aspectos humanísticos e científicos para um projeto social brasileiro. O desenvolvimento tecnológico não pode transformar-se em uma ‘caixa preta’, e o conhecimento científico tampouco. Ao contrário, parafraseando Santos (2004a), é preciso buscar caminhos inovadores que possam reorientar os temas do conhecimento e da experiência num mundo marcado pelas dinâmicas contraditórias da globalização.

## Referências

- BARBERO, J. M. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- BIANCHETTI, R. G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRASIL (país). Ministério da Ciência e Tecnologia. *O debate necessário: ciência tecnologia e inovação – desafio para a sociedade brasileira*. Livro verde. Coord.: Melo, Lúcia Carvalho Pinto de; Silva, Cylon Gonçalves da. Brasília, DF: Academia Brasileira de Ciências/Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001. 278 p.
- HOHLFELDT, A. (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001. 309 p.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 192 p.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Trad.: Costa, Carlos Irineu da. São Paulo: Editora 34, 1999. 264 p.
- MARÍ SAEZ, Vitor. *Globalization, nuevas tecnologías y comunicación*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1999.
- MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 5. ed. Trad.: Jacobina, Eloá. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a. 128 p.
- \_\_\_\_\_. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 4. ed. Trad.: Sawaya, Jeanne; Silva, Catarina Eleonora F. da. Revisão técnica: Carvalho, Edgard de Assis. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001b.
- OLIVEIRA, Ramon de. *A (des)qualificação da educação profissional brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.
- RIOS, T. A. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SADER, E. *Século XX: uma biografia não autorizada – o século do imperialismo*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, B. S. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática emancipadora*. São Paulo: Cortez, 2004b.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. *Território e sociedade – entrevista com Milton Santos*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.